

UMA REFLEXÃO TEÓRICA SOBRE A PRÁTICA DE LEITURA NO CONTEXTO DIGITAL*

Ludmila Fernanda Domingues Pereira - (UNESP/São José do Rio Preto)
Fernanda Correa Silveira Galli - (UNESP/São José do Rio Preto)

RESUMO: Na presente abordagem, desenvolvemos uma reflexão de cunho teórico sobre a noção de leitura na perspectiva discursiva e no contexto digital, pois entendemos ser esse o cerne de nossa pesquisa de mestrado, que tem como objetivo compreender questões relacionadas aos discursos sobre a prática da leitura. Embora ainda estejamos em fase de definição, pretendemos desenvolver, ao longo do mestrado, uma investigação sobre o modo como professores em formação do curso de Letras de uma instituição privada de ensino superior do interior do Estado de São Paulo, na qual atuamos como docente, compreendem a leitura.

PALAVRAS-CHAVE: Leitura. Análise do Discurso. Contexto Digital.

INTRODUÇÃO

A pesquisa de mestrado¹ que pretendemos desenvolver será motivada pelas nossas inquietações em relação à leitura, ou seja, os discursos que circulam socialmente sobre a noção já nos impõem alguns questionamentos, assim como também permeia o imaginário de docentes atuantes, docentes em formação, acadêmicos e/ou leigos. Diante da simples pergunta “O que é a leitura?”, inúmeras são as formulações: “É um tipo de conhecimento”; “É ter acesso ao conhecimento prévio ou compartilhado pelo meio social”; “É busca de informações”, “É um meio de interação”, dentre outras.

No que diz respeito ao embasamento teórico, a concepção de leitura pode ser definida a partir do olhar estruturalista, cognitivista, interacionista ou discursiva. Nesta abordagem, não pretendemos investir detalhadamente em todas essas concepções de leitura, mas apenas revisitá-las brevemente para, então, focar na perspectiva discursiva e estabelecer uma relação, ainda que breve, com o atual contexto histórico – o das tecnologias.

A LEITURA E SUAS CONCEPÇÕES

Tendo o presente texto um caráter teórico, julgamos pertinente uma abordagem breve, como já sinalizamos, sobre as concepções de leitura estruturalista, cognitivista e interacionista, para, depois, focarmos na concepção discursiva de leitura. Definida como processo de decodificação, a perspectiva estruturalista de leitura tem suas características baseadas na relação entre grafemas e fonemas, de modo que o sentido estaria ligado à forma, à estrutura do texto. Segundo Coracini (2002), essa concepção estruturalista da leitura, que defende o texto como fonte única do sentido, advém de uma visão estrutural e mecanicista da linguagem, estando o sentido arraigado às palavras e às frases, concentrando-se, desse modo, na dependência direta da forma. Nessa perspectiva, se o leitor não identifica o sentido com base nessas estruturas, seja o texto um simples bilhete ou uma tese de mestrado, por exemplo, não é considerado um leitor eficiente, isto é, capaz de acessar a acepção.

* XII EVIDOSOL e IX CILTEC-Online - junho/2015 - <http://evidosol.textolivre.org>

¹ Em desenvolvimento no Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas (IBILCE), da Universidade Estadual Paulista – UNESP, sob a orientação da Profa. Dra. Fernanda Correa Silveira Galli.

Tal concepção antecedeu a visão cognitivista de leitura, conforme aborda Coracini:

Opõe-se radicalmente a essa concepção aquela defendida por estudiosos da leitura orientados pela psicologia cognitivista (cf. SMITH, 1978; GOODMAN, 1970), segundo os quais o bom leitor seria aquele que, diante dos dados do texto, fosse capaz de acionar o que Rumelhart chama de esquemas, verdadeiros pacotes de conhecimentos estruturados, acompanhados de instruções para seu uso. (CORACINI, 2002, p.14).

Como podemos perceber, nessa concepção ocorre um distanciamento da superioridade textual em relação ao sujeito-leitor da perspectiva estruturalista, pois agora se tem como bom leitor aquele que, diante dos dados do texto, consegue acionar esquemas capazes de conduzi-lo aos sentidos textuais.

Uma outra visão conceitual de leitura, a interacionista, defende:

(...) a interação entre os componentes do ato de comunicação escrita, o leitor, portador de esquemas (mentais) socialmente adquiridos acionaria seus conhecimentos prévios e os confrontaria com os dados do texto, “construindo”, assim, o sentido. Nessa concepção, o *bom* leitor é aquele que é capaz de percorrer as marcas deixadas pelo autor para chegar à formulação de suas ideias e intenções. (CORACINI, 2002, p.14).

Essa concepção confere maior participação ao leitor, pois cabe a ele formular inferências e interagir com os dados, existindo a possibilidade de se recuperar o verdadeiro sentido do texto. Nessas abordagens, vemos maior participação do leitor, porém a centralidade ainda está no texto, visto que é em sua leitura literal que o leitor será conduzido a significados não literais. De maneira simplificada, a abordagem da leitura interacionista admite a tríade leitor-autor-texto, porém confere maior relevância ao texto em si do que ao autor e ao leitor. Ainda de acordo com Coracini (2002), as concepções de leitura apresentadas até então conferem maior autoridade ao texto (que viabiliza algumas leituras e inviabiliza outras), abarcando todo o sentido do texto, em detrimento do autor e do leitor, aos quais deveria caber a interpretação e captação dos efeitos de sentido.

Já a concepção discursiva de leitura está estreitamente ligada à ideia de interpretação ou também do que se chama de leitura de mundo que, por sua vez, remete ao conceito de letramento. Segundo Tfouni (2006, p. 30), “a necessidade de se começar a falar de letramento surgiu (...) da tomada de consciência que se deu (...) entre os linguistas de que havia alguma coisa além da alfabetização (...) que era mais ampla e até determinante.” A autora, nesse ponto, ao traçar uma perspectiva histórica dos significados atribuídos à palavra letramento, entende que “letramento é um processo cuja natureza é sócio-histórica” (TFOUNI, 2006, p.31). Assim, o letramento está estreitamente ligado às práticas sociais que acontecem na vida do indivíduo muito antes da ida à maior agência de letramento: a escola.

A CONCEPÇÃO DISCURSIVA DE LEITURA E A AD

Sendo a concepção discursiva de leitura a que pretendemos focar em nossa investigação de mestrado, julgamos pertinente tratar, também, das bases da Análise do Discurso (AD) de linha francesa. Segundo Orlandi (2003, p.9), a AD “nos coloca em estado de reflexão”, constituindo-se como o instrumento por meio do qual buscamos edificar um percurso por onde possamos compreender os sentidos suscitados pela leitura. A escola francesa de Análise do Discurso, segundo Ferreira (2003), formou-se nos anos 1960, em torno

do grupo liderado por Michel Pêcheux, a partir da trilogia: Linguística, Marxismo e Psicanálise, representada por Saussure, Marx e Freud. Segundo Santos (2013):

O contexto sociopolítico revolucionário na França do final dos anos de 1960, que culmina com Maio de 1968, é o cenário em que emergem as inquietudes e teorias de Pêcheux. O país vivencia momentos de insurreição popular, no qual acontecem greves gerais e rebeliões que atingem todas as camadas sociais e econômicas, ultrapassando barreiras culturais, étnicas, etárias. Elas começavam repentinamente com greves estudantis, alastravam-se pelas fábricas com mais de dez milhões de trabalhadores envolvidos e acabavam tão repentinamente quanto começavam, desencorajadas pelo Partido Comunista Francês, de orientação stalinista, sendo suprimidas pelo Governo. (SANTOS, 2013, p.213-214).

Emergida de um contexto como o apresentado, a AD é concebida como uma disciplina transversal, pois os estudos de Pêcheux e a teoria da Análise do Discurso surgem em meio a questões sociais e políticas de então, permeados pela história. Sendo assim, entendemos que a AD, na qualidade de instrumento do poder político, surge, pois, dessa relação entre as práticas políticas e essa concepção de ciências sociais. Opondo-se ao caráter propedêutico (“o que o autor quis dizer”; “o que este texto significa”), segundo Ferreira (2003, p.202), a AD visa compreender “o modo *como* um objeto simbólico produz sentidos, não a partir de um mero gesto de decodificação, mas como um procedimento que desvenda a historicidade contida na linguagem, em seus mecanismos imaginários.” Desse modo, a AD tem em seu cerne a interpretação, ela trabalha com procedimentos que expõe a opacidade do texto para um sujeito que não controla a linguagem.

Segundo Brito (2012, p.544), a leitura na perspectiva discursiva deve centrar-se não apenas no que está dito, mas também no que está implícito, no que está já-lá, ou seja, nos pré-construídos, nos discursos transversos, nas citações, etc. A fim de complementar essa ideia, trazemos a afirmação de Possenti (2009, p.13):

(...) a questão da leitura tem a ver com aquilo que o texto significa e, sobretudo, com o papel controlador que as instituições exercem restringindo internamente o modo de significação (o efeito de sentido) do discurso. Portanto, quanto mais o texto estiver ligado a uma instituição, mais o texto é univocamente legível. Dito de outro modo, o que está em jogo para a AD em questão de leitura não é “a leitura de um texto enquanto texto, mas enquanto discurso, isto é, na medida em que é remetido a suas condições, principalmente institucionais de produção.

Analisando a afirmação do autor, podemos dizer que a leitura sob o ângulo de uma perspectiva discursiva está ligada às instituições, que não partilham necessariamente a mesma ideia, mas são permeadas por relações de força e disputa. As instituições, nesse caso, podem ser pontuadas como o Estado (escola), por exemplo, que quer formar mais leitores que, em tese, impulsionariam o desenvolvimento do país; as editoras, que também querem mais leitores, mas com fins de aumento dos lucros e o leitor, que quer ler, mas não qualquer leitura.

LEITURA DISCURSIVA E CONTEXTO DIGITAL

Nessa linha de raciocínio, podemos fazer menção a um fato que, inicialmente, associamos ao conceito pecheuxtiano de acontecimento, que, segundo Brito (2012), é o encontro de uma memória e uma atualidade: a leitura (memória) em contexto digital (atualidade). Porém, um olhar mais acurado denota que essa associação demanda outras reflexões e investimentos científicos, pois enquanto alguns ainda afirmam que a leitura em

contexto digital é a revolução das revoluções, Chartier (1999, p.7-8) nos lembra que a história do livro já viu outras:

De fato, a primeira tentação é comparar a revolução eletrônica com a revolução de Gutenberg. Em meados da década de 1450, só era possível reproduzir um texto copiando-o à mão, e de repente uma nova técnica, baseada nos tipos móveis e na prensa, transfigurou a relação com a cultura escrita. [...]. Contudo, a transformação não é tão absoluta como se diz: um livro manuscrito (sobretudo nos seus últimos séculos, XIV e XV) e um livro pós-Gutenberg baseiam-se nas mesmas estruturas fundamentais – as do códex. Tanto um como outro são objetos compostos de folhas dobradas um certo número de vezes, o que determina o formato do livro e a sucessão dos cadernos. [...]. A distribuição do texto na superfície da página, os instrumentos que lhe permitem as identificações (paginação, numerações), os índices e os sumários: tudo isso existe desde a época do manuscrito. Isso é herdado por Gutenberg e, depois dele, pelo livro moderno.

Em relação às mudanças ocasionadas pela leitura de textos eletrônicos, Chartier (1999) mais uma vez afirma que não chegam a configurar uma revolução, pois o leitor da tela muito se parece com o leitor da Antiguidade, pois o texto que ele lê corre diante dos seus olhos assim como corria nos rolos. É também semelhante ao leitor medieval e ao do livro impresso, que tem como referência a paginação, o índice e o recorte do texto. Na verdade, o leitor no ambiente digital está entre esses dois leitores, porém um tanto quanto mais livre, pois o texto eletrônico lhe permite maior distância em relação ao escrito. Continuando, o autor exemplifica dizendo que o leitor de um livro em forma de códex pode segurá-lo ou colocá-lo diante de si numa mesa enquanto o pagina; já com o texto eletrônico a relação é mais distanciada e menos corporal. O que temos, na verdade, não é uma revolução eletrônica da leitura, mas sim uma nova posição de leitura, no sentido físico e corporal, e também no sentido intelectual, pois associa técnicas, posturas e possibilidades que sempre permaneceram separadas na longa história da transmissão do escrito.

Outra mudança que não pode deixar de ser mencionada é que a leitura de textos em ambiente digital permite usos e intervenções do leitor muito mais numerosos e livres do que as formas mais antigas do livro.

No livro em rolo, como no códex, é certo, o leitor pode intervir. Sempre lhe é possível insinuar sua escrita nos espaços deixados em branco, mas permanece uma clara divisão, que se marca tanto no rolo antigo como no códex medieval e moderno, entre a autoridade do texto, oferecido pela cópia manuscrita ou pela composição tipográfica, e as intervenções do leitor, necessariamente indicadas nas margens, como um lugar periférico com relação à autoridade. Sabe-se muito bem – e você sublinhou os usos lúdicos do texto eletrônico – que isto não é mais verdadeiro. O leitor não é mais constrangido a intervir na margem, no sentido literal ou no sentido figurado. Ele pode intervir no coração, no centro (CHARTIER, 1999, p.89-91).

Sobre a figura do leitor do futuro, o autor salienta que os primeiros leitores eletrônicos raramente passam pelo papel e que em experiência realizada em torno da Biblioteca Nacional da França, com estudiosos e grandes leitores profissionais, muitos leem na memória do computador, enquanto nos EUA os conferencistas leem na tela dos seus computadores portáteis como liam no caderno ou pasta de papéis, porém ainda é prematuro dizer que todos lerão dessa forma.

CONCLUSÃO

Realizar essa breve revisão bibliográfica sobre a leitura, com foco na concepção discursiva e no contexto digital, é um exercício inicial e constitutivo de nossa pesquisa de mestrado. Com base no percurso realizado, destacamos que a leitura não pode ser apenas decodificação, já que envolve a produção de significados a partir do que se lê. Assim, o texto deixa de ter apenas o significado que seu autor lhe atribui e passa a ser interpretado de formas muito diferentes da que ele mesmo pôde imaginar. Isso, num primeiro momento, pode fazer com que pensemos que a liberdade do leitor é absoluta, mas não podemos nos esquecer do peso das instituições que limita em parte os horizontes aparentemente muito amplos dessa liberdade. É uma questão de limitação por convenções sociais que regulam as práticas de leitura, efeito das mudanças em função dos tempos e dos costumes, do que pode ser dito e daquilo que não pode ser dito.

Em relação à leitura no contexto digital, parece que não podemos denominá-la como a revolução das revoluções, pois a história do livro já viu outras que, inclusive, têm muito em comum com o texto eletrônico. Na verdade, ler em ambiente digital é uma mudança postural em relação ao texto lido no sentido corporal e intelectual. Já a participação do leitor, também entendida como autoridade em relação ao texto, é maior, pois em textos escritos é possível apenas fazer considerações periféricas nos espaços em branco da página. Contudo, quanto se lê na tela, é possível ao leitor imprimir sua posição no cerne do texto.

REFERÊNCIAS

BRITO, L. A. N. de. (Re)Lendo Michel Pêcheux: como a análise do discurso de linha francesa apreende a materialidade discursiva?. **Eutomia** (Recife), v. jul/2012, p. 542-562, 2012.

CHARTIER, R. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. São Paulo: Editora UNESP, Imprensa Oficial do Estado, 1999.

CORACINI, M. J. (org.) **O jogo discursivo na aula de leitura: língua materna e língua estrangeira**. 2. ed. Campinas (SP): Pontes, 2002. p. 13-20.

FERREIRA, M. C. L. Nas trilhas do discurso: a propósito de leitura, sentido e interpretação. In: ORLANDI, E. P. (Org.). **A leitura e os leitores**. 2. ed. Campinas: Pontes, 2003.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: princípios & procedimentos**. 5. ed. Campinas: Pontes, 2003.

POSSENTI, S. **Questões para analistas do discurso**. São Paulo: Parábola, 2009.

SANTOS, S. S. B. Pêcheux. In: OLIVEIRA, L. A. (Org.). **Estudos do discurso: perspectivas teóricas**. 1. ed. São Paulo: Parábola Editora, 2013.

TFOUNI, L. V. **Letramento e alfabetização**. 8. ed. São Paulo, Cortez, 2006.